

COOPERATIVISMO NÃO PATRIMONIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A CRIAÇÃO DA COOPERRICA

DIMAS DE OLIVEIRA ESTEVAM¹
ROSSANDRA OLIVEIRA MACIEL²
LIARA DARABAS RONÇANI³

Resumo

Este artigo trata-se de uma experiência de um projeto de pesquisa e extensão que objetivou estimular os agricultores familiares do município de Armazém - SC a criar uma Cooperativa. Das atividades realizadas resultou a criação da COOPERRICA. Desta forma o presente artigo visa a identificar se houve melhoria na renda e nas condições de trabalho dos cooperados. A metodologia utilizada foi o estudo de caso em que foram entrevistados dez associados. Com base nesta pesquisa, pode-se concluir que a Cooperrica se traduz no principal meio de os cooperados se manterem na atividade rural, uma vez que agora é responsável pela geração de emprego e renda às famílias da região, ao passo que promove o desenvolvimento social e econômico sustentável, por meio da ajuda mútua e da solidariedade entre os cooperados, possibilitando desta forma uma vida digna no campo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Cooperativismo Não-Patrimonial. Educação do Campo. Geração de emprego e renda.

Abstract

This article refers to the experience of a research and extension aimed to encourage farmers in the municipi-

pality of Armazém - SC to create a cooperative. Of activities resulted in the creation of COOPERRICA. Therefore this article seeks to determine whether there was improvement in income and working conditions of members. The methodology used was case study in which ten members were interviewed. Based on this research, we can conclude that the Cooperrica translates into the main means of the cooperative to remain in rural activity, since it is now responsible for generating employment and income for families in the region, while promoting social development and economic development through mutual aid and solidarity among members, thus allowing a dignified life in the field.

Keywords: Family Farming. Non-Equity Cooperatives. Rural Education. Employment generation and income.

JEL: O01, P13, Q1

1 Introdução

Este artigo trata da experiência de um dos projetos de pesquisa e extensão vinculada ao Programa de Ações em Economia Solidária da Unesc (Universidade do Extremo Sul Catarinense (Paes) que teve por objetivo estimular e integrar ações educativas, administrativas e técnicas para criar uma Cooperativa de Agricultores Familiares no Sul do Estado de Santa Catarina - Brasil. As atividades desenvolvidas envolveram agricultores, jovens do campo, técnicos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural e Santa Catarina S.A (Epagri), lideranças locais dos municípios de Armazém, Gravatal, São Martinho, São Bonifácio e Tubarão, que resultou na criação da Cooperativa dos Agricultores Familiares do Vale do Rio Capivari (COOPERRICA).

¹ Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-Mail: <doe@unesc.net>

² Graduanda do curso de Economia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Bolsista extensionista UNESC. Atua principalmente nas áreas: Agricultura Familiar, Cooperativismo, Educação do Campo e Economia Solidária .E:mail rossandra.maciell@yahoo.com.br

³ Graduanda do curso de Economia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Bolsista pesquisadora extensionista da UNESC. Atua principalmente nas áreas: Agricultura Familiar, Cooperativismo Virtual, Educação do Campo e Economia Solidária.E-mail: <liadarabas@hotmail.com>

As ações foram desenvolvidas durante o ano de 2010, através de reuniões periódicas, cursos, visitas técnicas nos municípios, em que foram abordados os pressupostos da economia solidária e, ao mesmo tempo, os princípios do cooperativismo e do cooperativismo virtual ou não-patrimonial. Desta maneira a Cooperrica se enquadra dentro deste modelo de cooperativa por não ter patrimônio; portanto se diferencia das cooperativas tradicionais, em função da produção ser descentralizada nas propriedades rurais, sendo a compra e a comercialização realizada de forma conjunta pela cooperativa. A grande inovação deste modelo é assegurar a autonomia de cada cooperado quer seja nas tomadas de decisões, sobre o que e como produzir, na forma de administrar e organizar a propriedade, cabendo a Cooperativa dar suporte na comercialização, na padronização do uso da marca, na aquisição de insumos, no fornecimento de documentos, entre outras funções.

Depois de desenvolvidas as atividades de mobilização contidas no projeto de extensão, no dia 30 de setembro de 2010, foi realizado a assembleia geral para a criação da Cooperativa, com sede localizada no município de Armazém e núcleos descentralizados nos cinco municípios de abrangência. A cooperativa conta com 43 cooperados, além de servir aos agricultores destes municípios, a Cooperrica terá um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem dos jovens da Casa Familiar Rural (CFR) de Armazém - SC. A CFR é uma escola rural voltada para a formação de filhos de agricultores dos municípios de abrangência da Cooperrica.

O objetivo do artigo foi relatar se houve melhoria na renda e nas condições de trabalho dos cooperados; para tanto realizou-se um estudo de caso em que foram entrevistados dez dos quarenta e três cooperados da Cooperrica. No tocante à metodologia utilizada no desenvolvimento do

artigo, na parte referente à revisão da produção acadêmica “foi elaborada a partir de material bibliográfico já publicado”, como expressa Gil (1991, p. 27), e quanto aos objetivos, tem-se que foi realizado de forma descritiva, já que se “utiliza do uso de técnicas pautadas em coleta de dados e sua descrição” (GIL, 1991, p. 28). A técnica utilizada, neste caso, é a de pesquisa de campo, pois abrange a pesquisa baseada em documentação direta, e o levantamento de dados realizados no local onde ocorrem os fenômenos, com o objetivo de obter informações sobre um problema, ou confirmar uma hipótese, ou descobrir novas relações entre fatos por meio da observação (TRUGILLO, 1998).

A pesquisa de campo, segundo Trugillo (1998, p. 229),

não deve ser confundida com a simples coleta de dados (este último tipo corresponde à segunda fase de qualquer pesquisa) é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser colocado.

A abordagem da pesquisa é qualitativa. A escolha dos entrevistados foi por acessibilidade e os questionários foram aplicados numa das Feiras da Cooperativa no município de Gravatal no dia 27 de agosto de 2011 e nas propriedades rurais. As entrevistas tiveram a finalidade de levantar os dados necessários para confecção do artigo, o questionário foi composto por 23 questões abertas e fechadas.

O presente artigo encontra-se dividido da seguinte forma: a primeira parte trata dos aspectos introdutórios; a segunda da revisão da literatura sobre a dicotomia entre o rural e o urbano no Brasil; os aspectos referentes à economia solidária, ao cooperativismo e cooperativismo

virtual; o terceiro item trata da trajetória da Cooperrica e os resultados da análise e por fim a conclusão.

2 A dicotomia entre o rural e o urbano no Brasil

No Brasil, quando se aborda os problemas sociais, quase sempre se faz menção às periferias das cidades. Dificilmente são mencionadas as injustiças sociais históricas sofridas por aqueles que vivem do campo. Se nas áreas urbanas se discute a pouca eficácia das políticas públicas, para amenizar as mazelas, no campo elas quase não existem; a população é desassistida na saúde, na educação, no lazer, nas atividades culturais, e continua invisível para o olhar da maioria daqueles que formulam as políticas sociais e – por que não dizer! – da própria população urbana que os trata com desprezo e preconceito.

Esta visão preconceituosa, urbana, em relação ao campo, tem uma longa trajetória. Com o intensivo processo de urbanização do país, quando surgiu a nova configuração industrial capitalista, a figura do homem da cidade ganhava status como modelo de sofisticação intelectual, de bom gosto, de elegância, etc., em contraste gritante com a visão do homem rural. Isto refletiu a própria disputa de modelos de sociedades. Criou-se, então, uma visão discriminatória em relação aos habitantes do meio rural, estereotipada pela figura folclórica do *Jeca Tatu*,¹ com seu jeito inocente e toco. Assim, formaram-se os estigmas da inadequação e do atraso daqueles que dependem do campo para sobreviver (ESTEVAM, 2009).

Além dos preconceitos e estereótipos em relação às populações que vivem do campo, na região em estudo, outro fator preocupante é em relação a continuidade da reprodução horizontal das propriedades. A estrutura fundiária na região não permite mais a divisão da terra

¹ O “Jeca Tatu” é um personagem do humor brasileiro criado por Monteiro Lobato (e depois interpretado no cinema por Mazzaropi), que caracteriza o homem do campo como distraído e ingênuo, entre outros estigmas

por herança, tendo em vista que as propriedades são extremamente pequenas e a divisão entre os filhos inviabiliza a produção extensiva. Com pouca terra para trabalhar a sobrevivência da família fica cada vez mais complicada. Aliado a este fator tem-se a elevação do preço da terra, que obriga uma grande parcela de agricultores a abandonar suas atividades. Neste processo, a camada societária mais atingida foi e é a dos jovens, faixa etária que é afetada de forma intensa pelo agravamento destas situações (CARNEIRO, 1999).

Apesar de toda esta problemática, na atualidade o tema da agricultura familiar tem produzido no Brasil uma vasta literatura. Isto representa a significância e a elevação de seu status no debate entre os analistas do mundo rural. Os debates e as preocupações suscitadas por pesquisadores, e mesmo entre as agências internacionais de financiamento, enfatizam a importância do caráter familiar dos empreendimentos rurais: reconhecem este modelo como o mais adaptado e adequado ao desenvolvimento do campo, quer seja na forma de preservar a qualidade dos alimentos, na implementação de tecnologias que preservem a fertilidade natural dos solos e as variedades genéticas de animais, além de possibilitar o respeito ao meio ambiente de forma mais sustentada. (STROPASOLAS, 2006).

Em termos de discussões e reflexões sobre a importância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento do país, inúmeras foram as conquistas oriundas de mobilizações sociais de grupos organizados que lutaram para demarcação e definição de uma base social, por meio da unificação dos movimentos sociais em torno de uma categoria da noção de agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003).

Todavia se constata que a agricultura familiar passa por grandes transformações e diante desta situação, pesquisadores e entidades têm procurado refletir sobre algumas questões advindas deste segmento. Entre as quais se destaca a perda, ou

não, de sua identidade rural, se estas mudanças influenciam em seus modos de vida, se há diminuição ou não da dimensão agrícola, se existe a tendência à individualização do campo. Todas estas questões ganham, cada vez mais, importância em termos do futuro da agricultura familiar.

Ao mesmo tempo, atualmente existe uma grande pressão social por alimentos mais saudáveis e por uma vida com maior segurança alimentar, e a agricultura familiar têm um papel importante neste contexto. Desta forma, este segmento antes visto como fonte de problemas reaparece com a possibilidade para solucioná-los, além das oportunidades de emprego e de melhor qualidade de vida (WANDERLEY, 2000). Além do mais, a agricultura familiar está associada à dimensão espacial demográfica, pois permite melhor distribuição populacional, com mais equilíbrio em termos territoriais, em comparação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura e ao latifúndio. Neste sentido a dimensão territorial do desenvolvimento rural, ganha “novo” sentido, em que as atividades agrícolas e não-agrícolas devem ser integradas no espaço local, desta maneira a divisão tradicional rural/urbana ultrapassa o enfoque setorial (agrícola) do espaço rural. Para isso, em nível institucional foi criada a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para difundir e ampliar o debate em torno destes novos conceitos.

Embora haja consenso entre inúmeros autores sobre a relevância da agricultura familiar na atualidade, as concepções em torno do conceito que se deveria adotar são diversas e conflituosas, apresentam inúmeras interpretações e significados entre os intelectuais, técnicos e entidades.

A agricultura familiar, para Abramovay (1997) é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm dos sujeitos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Entretanto, o autor admite que esta definição

não é unânime e outras concepções existem dependendo do contexto e que isso é plenamente compreensível, uma vez que diferentes setores sociais constroem suas categorias e representações. Desta forma a definição de “agricultura familiar para atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico” (ABRAMOVAY, 1997, p. 3). Conforme o autor, o importante para caracterizá-la são três os elementos: gestão, propriedade e trabalho familiar. Ainda, segundo Abramovay (1992, p. 22) a diferença da agricultura familiar nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas é com relação ao campesinato clássico. Se os camponeses podiam ser entendidos como “sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados”, representando um modo de vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais, a “agricultura familiar, [...] é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais”. Ou seja, o que antes era considerado um modo de vida, agora converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho.

Já para Wanderley (1995) o ponto de partida do conceito de agricultura familiar, é o entendimento de que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e assume todo o trabalho na unidade produtiva. Neste sentido é importante destacar que o caráter familiar não é um mero acaso superficial e descritivo: o fato de associar família, produção e trabalho têm conseqüências marcantes para a forma como ela age econômica e socialmente. A autora, ainda, destaca que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno no Brasil, constituindo-se num segmento historicamente “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Desta forma a agricultura familiar não sofreu apenas com a

exclusão, mas quase sempre esteve no plano secundário em que se privilegiou a industrialização como força motriz do progresso e da modernização, tendo como contraponto a agricultura familiar considerada o lócus do atraso. Por isso a história do campesinato no país pode ser definida como a luta para obter um espaço próprio na economia e na sociedade, sob o signo da precariedade, o que se tornou difícil de desenvolver toda a sua potencialidade.

Portanto, como relata Wanderley (1999), não se trata somente da reprodução da família, o trabalho externo e a propriedade se tornam, na maioria das vezes, uma necessidade estrutural familiar; ou seja, a renda obtida neste tipo de trabalho torna-se indispensável para a reprodução não só da família como da própria manutenção da unidade familiar. Desta forma, o trabalho realizado fora da propriedade pelos membros residentes e/ou pela aposentadoria de membros mais velhos que tem dupla função social: a primeira complementar a renda da família e a segunda garantir à permanência destas famílias no campo, isto é, assegurar a propriedade.

Corroborando com a autora acima, Carneiro (1999) descreve que o trabalho fora da propriedade é uma condição necessária para permanência desta população no campo e uma forma de viabilizar as pequenas propriedades que de outra forma não conseguiriam se manter. A autora destaca que vários seriam os motivos, entre os quais o de responder pelas demandas impostas pelo mercado, já que não seria possível depender exclusivamente das atividades desenvolvidas nas propriedades para sobreviver.

Dentro desta lógica acima, Paulilo (1990), enfatiza que as concepções de um mundo rural não formam campos homogêneos, é possível, em determinados momentos, a convivência de valores “camponeses” e “capitalistas”. A maneira como estes sujeitos pensam a família, a moradia e o campo estão impregnados de símbolos que fazem parte de uma tradi-

ção cultural que são transformados, reelaborados e sofrem modificações no tempo e no espaço. Estas particularidades não isentam a agricultura familiar de seu grau de generalidade, em que reflete com profundidade a dinâmica da sociedade atual, que apresenta nem tanta linearidade, nem tanta homogeneidade como às vezes aparenta (STROPASOLAS, 2006).

Isso decorre da diversidade de formas sociais contidas na agricultura familiar, segundo Carneiro (1999, p. 340) em que não se constitui numa categoria homogênea e nem representativa de classe:

Não se trata de um grupo social homogêneo, nem de uma classe social, mas incluem diversidade social produzida pelas diferentes condições de produção a que estão submetidas, tais como: tamanho da propriedade, grau de emprego de técnicas agrícolas, acesso a crédito, capital cultural e social.

Se por um lado, as características formativas da agricultura familiar se inserem na atualidade num debate multidisciplinar em razão de sua grande amplitude, diversidade e complexidade, por outro lado, Wanderley (2000), alerta que a agricultura familiar não deve ser tratada como se fosse uma categoria social recente, nem também corresponde a uma categoria analítica nova para as Ciências Sociais e Política, nem tampouco é um personagem novo, conforme é apresentada muitas vezes pelos formuladores de políticas públicas.

Em que pese às divergências em relação aos princípios e noções da agricultura familiar, é possível verificar consenso em termos gerais entre os autores de que numa propriedade rural, o trabalho realizado é na maioria familiar, a terra e a família estão intimamente interligadas. Estes são os pontos convergentes, mas a partir deste ponto comum, as discordâncias e as nuances levantadas apontam para as limitações desta noção que acaba por englobar num único conceito uma grande variedade de

agricultores familiares, não sendo possível reconhecer um referencial empírico homogêneo. Trata-se de um campo amplo demais para incluir um grau de elevada ambiguidade e integrar todos num único rótulo de grupos sociais heterogêneos e princípios definidores divergentes (MOREIRA, 1998).

Neste sentido, não seria adequado identificar o agricultor familiar a uma classe social, como resultado de um processo de diferenciação social em que o termo agricultor familiar seria atribuído à exploração moderna, com base no trabalho familiar, orientada pela lógica empresarial capitalista, em oposição ao camponês tido como uma categoria social do passado e não capitalista. Por isso, não se trata de esgotar o tema e nem de simplificar a discussão tão complexa como o da agricultura familiar, mas de evidenciar o quão complexo é o debate.

De forma resumida, se procurou discutir algumas questões relativas à agricultura familiar, em que o objetivo não foi abarcar todas as suas problemáticas adjacentes, mas apenas incitar alguns temas que são relevantes para este artigo. Entre eles se destacou a sua importância na atualidade, sua heterogeneidade e a relação entre o trabalho familiar e a terra. Assim, ao se definir brevemente a agricultura familiar e sua complexidade, deve-se levar em conta todas as formas que esta categoria social representa, seja baseada no trabalho da familiar agrícola e não-agrícola ou com a participação do trabalho assalariado, mas que a força de trabalho é familiar.

2.1 A Educação do Campo

No Brasil, depois de décadas de luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento do Estado por uma Educação do Campo, os resultados alcançados demonstram avanços em diversos aspectos: a aprovação das Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo; a incorporação dos movimentos sociais em seus coletivos da luta em defesa da educação do campo; o avanço de vários

programas governamentais nas áreas de reforma agrária; a criação da Coordenadoria de Educação do Campo em 2004 junto ao Ministério da Educação e Cultura; seminários e encontros nacional, estadual e municipal sobre o tema; o envolvimento de secretarias estaduais e municipais que buscam construir propostas, junto aos movimentos sociais e sindicais.

A proposta de Educação do Campo no Brasil está sendo construída de uma forma a valorizar a cultura, a terra e as diversas formas de produção existentes no campo. Esta perspectiva de ver o rural, muda significativamente os interesses da educação, que ao invés de priorizar os interesses da cultura produtivista, tem pressionado o Estado a redefinir suas ações, para que a educação seja articulada com a luta social e as diversas formas de organização dos agricultores familiares, com o modelo de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável.

Entretanto, tal processo não ocorreu e/ou ocorre de forma pacífica e sem resistências, a violência no campo é um capítulo bem conhecido da literatura rural brasileira. Dentre os movimentos de resistência, a luta pela educação do campo tem por objetivo garantir aos povos do campo o direito a ter o seu próprio modelo de ensino, a fim de reverter esta imagem negativa e preconceituosa e, ao mesmo tempo, resgatar sua autoestima (MOLINA, 2006).

No Brasil existem várias experiências de Educação do Campo, entre as quais se destacam as Casas Familiares Rurais (CFR), que atuam no país desde o fim da década de 1960 (ESTEVAM, 2009). Em Santa Catarina, mais especificamente no município de Armazém – SC, a CFR foi criada pelos agricultores e lideranças locais, no ano de 2003; esta se define como uma organização não-governamental voltada à formação dos jovens do campo e seus familiares. Desta forma, esta CFR abrange quatro municípios (Armazém, Gravatal, São Bonifácio e São Martinho). A entidade é formada e administrada por uma associação

de famílias de agricultores, e mantida por uma rede de parcerias, com destaque para as seguintes entidades e organizações: prefeituras municipais, Epagri, Secretaria de Estado da Educação, pais de alunos e Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Os objetivos da CFR estão pautados nos princípios do desenvolvimento do meio local, cooperativismo, associativismo, geração de emprego e renda no campo, entre outros temas. A formação oferecida pela Casa equivale ao Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries; o período de duração é de três anos, permitindo que o jovem complete os seus estudos sem abandonar as atividades do campo e que, ao mesmo tempo, utilize a sua realidade vivida na Unidade de Produção Familiar (UPF) como laboratório de pesquisa e estudo de sua própria formação (ESTEVAM, 2003).

O processo de formação da CFR tem como eixo condutor o Projeto Profissional de Vida do Jovem (PPVJ), que, ao concluir os três anos de estudo, o aluno deverá ter implantado na UPF. No entanto, após a conclusão dos estudos, os jovens têm encontrado dificuldade em dar continuidade aos seus PPVJs. Entre os principais obstáculos à manutenção das propostas do PPVJ, destacam-se os problemas relacionados à comercialização da produção, infraestrutura e muitos outros (ESTEVAM, 2009).

Neste sentido, para que uma pequena localidade do campo, segundo Singer (2004), encontre o caminho do desenvolvimento comunitário, é importante que cada comunidade descubra uma brecha de mercado, que permita que seus membros produzam algo que lhes proporcione “boa remuneração”. Esta brecha pode ser criada mediante a melhoria da qualidade de produtos tradicionais, o desenvolvimento de novos produtos ou seminovos, a detecção de uma nova demanda, a forte expansão por algo que a comunidade pode vir a produzir ou a aplicação de processos de produtividade mais elevada em atividades antigas, além da organização dos agricultores em associações e cooperativas.

Todavia, o pequeno porte das propriedades rurais e das comunidades e o seu relativo isolamento fragilizam suas possibilidades de se desenvolver por meio de seu próprio esforço. Por isso, o papel de articulação com a universidade é imprescindível, ao desenvolver habilidades através da formação de multiplicadores que promovam o entrosamento dentro das comunidades, com o intuito de fortalecer as relações locais (SINGER, 2002). Esta integração dos membros das comunidades rurais possibilita que seus integrantes façam em conjunto a compra de seus insumos e realizem o marketing e a venda de seus produtos de maneira solidária. Diante disto, o objetivo do projeto de extensão desenvolvido durante o ano de 2010 foi discutir com as comunidades rurais a possibilidade da criação de uma Cooperativa Virtual ou não-patrimonial nos municípios de abrangência da CFR.

2.2. Cooperativa virtual ou não patrimonial

Diferentemente das cooperativas tradicionais, as cooperativas virtuais ou não-patrimoniais, também conhecidas como cooperativas descentralizadas têm como função principal dar cobertura jurídica e legalizar a instalação de unidades descentralizadas de produção, realizadas através de contrato de comodato entre a cooperativa e o cooperado. Por se constituir numa Sociedade Civil de fins não econômicos e com o objetivo de promover o trabalho em comum, possibilita melhor utilização dos fatores de produção e com baixo custo operacional. A grande vantagem deste modelo é que as decisões de como produzir e administrar a propriedade fica a critério do associado; cabe à Cooperativa dar cobertura na parte de comercialização e fornecimento de documentação fiscal, entre outras funções (GUMARÃES JUNIOR, 2011). Desta forma, o cooperado para produzir não necessita aumentar excessivamente a sua Unidade Familiar Produção, logicamente não necessitará fazer altos investimentos, o que lhe dá vantagens referentes aos

seus custos operacionais, dificilmente obtidos nos modelos habituais de cooperativas.

As cooperativas virtuais recebem o mesmo tratamento legal das cooperativas tradicionais, tais como: o número mínimo de 20 sócios para constituir uma cooperativa; registro em juntas comerciais; inscrição na receita federal e estadual; assim como, todos os demais registros cabíveis em decorrência do ramo de atividade da cooperativa. A grande vantagem deste modelo é não necessitar de uma infra-estrutura para armazenagem e beneficiamento. Basta ter agricultores organizados, uma vez que cada cooperado possuirá a sua própria unidade de produção, levando o produto já pronto para ser comercializado na cooperativa ou diretamente ao mercado consumidor.

As cooperativas virtuais podem ser consideradas, segundo Guimarães Júnior (2010), como um novo tipo de cooperativismo, representando uma nova forma de associativismo em que reúne produtores e produção de maneira organizada, permitindo a adequação dos produtos à legislação vigente e as tendências e exigências dos consumidores, principalmente os consumidores mais conscientes.

Outra grande vantagem da cooperativa virtual em relação à cooperativa tradicional é a possibilidade de comercializar diferentes produtos a um baixo custo operacional em função da produção ser realizada na unidade familiar. A diversificação da produção permite ao agricultor familiar maior estabilidade do ponto de vista ecológico e financeiro, além da oferta de gêneros alimentícios produzidos e consumidos pela própria família. Em suma, a grande vantagem deste modelo de cooperativa é estar adaptado às características da agricultura familiar, por possibilitar o uso da força de trabalho da própria família e viabilizar a UFP. Mais que gerar emprego e renda, essas cooperativas valorizam o agricultor familiar. É também um incentivo e uma oportunidade de dar condições mais favoráveis para a permanência dos familiares no

campo, assim muitos jovens podem permanecer na propriedade rural, para trabalhar com seus pais, tendo melhor qualidade de vida.

Cabe ressaltar que nos últimos anos o Governo Federal vem incentivando a agricultura familiar por meio de inúmeros Programas. Entre eles destacam os seguintes: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família; e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que vem se desenvolvendo desde 2003 com o objetivo incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações juntamente com a distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é um dos órgãos públicos que operacionalizam o PAA, tarefa que vem desenvolvendo desde 2003. Os participantes do Programa são pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, que recebem em doação os alimentos adquiridos dos agricultores familiares, os quais devem se enquadrar na categoria de agricultor familiar, através da DAP (Declaração de Aptidão) PRONAF. O PAA recompensa o pequeno produtor com venda a preço justo, de forma a remunerar o investimento e o custeio da lavoura, incluindo a força de trabalho, e lhe permita ter recursos financeiros suficientes para a sobrevivência de sua família com dignidade (BRASIL, 2010).

No próximo item discute-se como foi o processo de criação da Cooperrica.

3 O surgimento da proposta e a divulgação nos municípios

O(a)s professore(a)s da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) vinculados ao Paes há tempos vêm discutindo, dentro da Instituição, a necessidade de se ampliar o debate sobre problemática do campo. Isto

porque, apesar de a Unesc estar localizada numa região predominantemente rural, os temas relativos ao campo ainda são pouco debatidos pela comunidade acadêmica (tanto a pesquisa quanto a extensão). Então este grupo de professores empenhou-se em ampliar a discussão a respeito do rural dentro da Instituição. Para tal, além do Paes, foi criado o Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Educação do Campo (Gidafec), a fim de discutir e pesquisar os temas relacionados ao meio rural na área de abrangência da Unesc.

A ideia de desenvolver o Projeto de Extensão na Região da Associação dos Municípios da Região de Laguna (Amurel) surgiu a partir de uma reivindicação da CFR de Armazém e do trabalho de pesquisa desenvolvido há alguns anos junto a esta entidade por alguns professores e acadêmicos da Unesc. Com este trabalho, iniciaram-se os debates junto aos monitores da CFR, também porque já havia interesse dos alunos egressos da Casa em criar uma cooperativa. No entanto, a ideia não avançava devido à incompatibilidade quanto ao modelo de cooperativa imaginado pelos alunos. Ao discutir cooperativismo, o modelo conhecido era o tradicional, e a sua implementação tornava-se inviável, pelo amplo espaço de abrangência da CFR, que engloba quatro municípios distantes entre si, dificultando a operacionalização de uma cooperativa nos moldes tradicionais. Além disso, outro entrave foi a questão financeira, devido à descapitalização das famílias interessadas em criar uma cooperativa.

Nesta lógica, seria extremamente difícil implantar uma cooperativa nos moldes tradicionais; mas entre os professores do Paes havia um membro da equipe que conhecia e trabalhava com as experiências de Cooperativas Virtuais. A partir disto, foi realizada uma reunião com os monitores da CFR em 2009 para discutir a possibilidade de criar uma cooperativa seguindo o modelo da cooperativa virtual.

Cabe ressaltar, todavia, duas das premissas e a metodologia do projeto desenvolvido. A primeira premissa é a constatação de que a formação dos jovens do campo e a organização cooperativa devem caminhar juntas. O trabalho da CFR de Armazém é uma experiência inovadora no ensino-aprendizagem de jovens do campo, mas, ao longo do tempo, vem demonstrando algumas limitações. Isto porque, ao sair da CFR, o jovem encontra dificuldades para se manter na atividade, devido ao seu isolamento. As comunidades rurais em que residem são muito distantes umas das outras, as estradas são precárias, assim como o acesso à saúde e ao lazer. Por isso, somente formar pessoas e deixá-las à mercê de sua própria sorte não é suficiente. O processo de formação deve ser integrado a uma proposta mais ampla de inclusão social e de desenvolvimento regional. Assim, grande parte dos cursos de formação fracassa por acreditar que somente a qualificação seja suficiente.

Esta premissa foi inspirada no próprio modelo de formação das CFRs, que busca aliar formação integrada com o desenvolvimento do meio; isto é, um dos princípios da pedagogia da alternância das CFRs, presente desde seu surgimento na década de 1930, na França. A pedagogia da alternância trabalha com a realidade vivida pelos jovens, por entender que o processo de ensino-aprendizagem não seja neutro; ou seja, ou a educação transforma a realidade em que o jovem está inserido (família e comunidade), ou o meio o expulsa. É o que se tem assistido com o ensino tradicional que contribuem mais para o êxodo (saída) do que para a transformação do meio. Ou seja, proporcionar ambientes favoráveis ao desenvolvimento das pessoas é uma das tentativas das CFRs.

O que se tem observado junto aos jovens egressos da CFR é que a formação é adequada, mas o local em que o jovem está inserido é pouco propício ao seu desenvolvimento isoladamente. Por isso, os jovens não querem mais ficar no campo, porque

o meio rural não tem sido um lugar propício para a sua permanência, com possibilidades de uma vida digna dentro das circunstâncias postas na atualidade. Da forma como está, ficar no campo não é uma escolha consciente, mas uma fatalidade, que resta para aqueles que não puderam sair por falta de outra opção de vida.

Diante disto a ideia foi criar uma cooperativa para todos os municípios de abrangência da CFR, com núcleos descentralizados em cada cidade. Teve-se esta iniciativa porque, como a cooperativa é virtual, não há necessidade de estabelecer uma cooperativa em cada município; assim como a CFR tem abrangência regional, a cooperativa também deveria seguir o mesmo padrão. Todos os aspectos favoreciam a este pensamento, entre eles: o menor custo no processo de criação e manutenção, o desenvolvimento de uma marca regional mais forte, maior visibilidade para os produtos, diminuição da concorrência entre os cooperados entre outros.

A cooperativa vai servir de laboratório para práticas dos jovens em formação, que terão um aprendizado em tempo real, a fim de desenvolver o espírito cooperativo e solidário, desde o início de sua formação. Como destacado anteriormente, o fio condutor do processo de ensino-aprendizagem da CFR é a pedagogia da alternância, que tem como centro do desenvolvimento do processo de formação o PPVJ. O jovem recebe toda a orientação para desenvolver o seu projeto de vida dentro dos princípios do cooperativismo e da economia solidária. Ter a formação com base nestes princípios é essencial, porque não se nasce com o espírito cooperativo, é preciso desenvolver a consciência das pessoas sobre estas necessidades.

Esta é uma breve contextualização da trajetória das atividades desenvolvidas para a criação da Cooperrica.

4 A Cooperrica na perspectiva dos cooperados

Este item constitui-se da análise de dados obtidos por meio da pes-

quisa de campo realizada junto aos cooperados da Cooperrica. Sendo que está dividido em três seções. A primeira seção trata dos dados pessoais dos associados. A segunda seção informações a respeito dos empreendimentos. E a terceira seção, o cooperativismo e a economia solidária na perspectivas dos/as cooperados/as.

4.1 Dados pessoais dos/as cooperados/as

A Cooperrica possui 43 cooperados, deste universo foram entrevistado(a)s 10 associado(a)s, 03 homens e 07 mulheres; a idade oscilou entre 25 a 56 anos, a média da idade dos/as cooperados/as é de 43 anos. Quanto ao estado civil do(a)s cooperado(a)s oito são casado(a)s, e apenas dois solteiros/as. Em relação ao nível de escolaridade três dos/as entrevistados/as possuem o Ensino Fundamental incompleto e outros/as quatro Ensino Fundamental completo, e três Ensino Médio completo. Sobre o tamanho da família verificou-se um número reduzido de pessoas residindo nas propriedades. Em quatro propriedades residiam apenas três pessoas e em apenas duas a família era composta por seis ou mais membros.

4.2 Informações a respeito dos empreendimentos

Em relação à produção, a mesma é bem diversificada, são produzidos em média 25 tipos de produtos diferentes, sendo seguintes os principais: queijo, iogurte, ovos, farinha de milho e mandioca, aipim, feijão, amendoim, pães, biscoitos, doces de frutas, derivados da cana (melado, cachaça e açúcar mascavo) licores, sal temperado, pastéis assados, pizza, bolos, tortas, verduras e legumes, artesanato em madeira e outros produtos artesanais e tapetes.

Sobre as dificuldades enfrentadas para montar o empreendimento, as relacionadas aos aspectos financeiros foram apontadas por sete dos respondentes, os demais responderam que foram as relacionadas à legislação sanitária e técnicas. Quanto a for-

ma de comercialização da produção, oito responderam que a realizam na própria residência ou nas Feiras e os demais comercializam em atacados, lojas, mercados e café colonial. A respeito dos problemas relativos à comercialização, seis dos/as entrevistados/as apontaram a legislação sanitária como a principal entrave, e os demais apontaram dificuldades financeiras e técnicas.

A propósito do número de pessoas na execução das atividades nas propriedades, em seis casos tinham apenas duas pessoas, em três casos havia três pessoas, e apenas uma unidade familiar conta somente com uma pessoa. Para realizar as tarefas, em oito unidades familiares a própria família as fazia, e nas outras duas utilizam trabalho de fora. Nestas a força de trabalho é proveniente da troca de serviços ou contratado por dia.

A respeito da criação de novas oportunidades de trabalho provenientes do empreendimento, foi constatado que em oito se abriu oportunidade para uma e até três pessoas e apenas em uma não houve aumento do número de novas oportunidades. Em consideração ao aumento da renda se houve incremento depois da criação do empreendimento, seis responderam que sim, três disseram que acrescentou pouco e para um aumentou muito. A criação da Cooperrica proporcionou aumento na comercialização da produção para sete cooperados, para três melhorou a divulgação e valorizou os produtos.

4.3 O cooperativismo e a economia solidária na perspectivas dos/as cooperados/as

Os temas relacionados ao cooperativismo e a economia solidária são centrais nos debates, cursos promovidos pelo Paes. Neste sentido a respeito do significado da palavra cooperativismo para os cooperados, quatro responderam “união”, dois “marca e registro dos produtos” e os outros não souberam responder. Também houve outras respostas como: união para competir com em-

presas maiores, trabalho em grupo, crescimento em união, participação, pessoas com o mesmo objetivo e crescimento. Já em relação à economia solidária seis dos/as entrevistados/as mencionaram “ajuda mútua”, dois “troca” e um não soube responder. Foram obtidas outras respostas: desenvolvimento, crescimento, valor agregado dos produtos, as pessoas sabem a origem do produto que estão comprando, união, é diferente do capitalismo.

Também, buscou-se saber quais benefícios espera alcançar ao tornar-se cooperado da Cooperrica. Dos respondentes oito mencionaram “aumento das vendas”, três incremento na renda familiar e os demais a “legalização dos produtos” e a “divulgação e valorização dos produtos e dos produtores”. Foi perguntado sobre a intenção de ampliar ou não o negócio, e se tinha como iria fazer. Das respostas obtidas três disseram “melhorando as instalações do local de produção”, dois “diversificando a produção com produtos diferenciados”, as demais respostas foram as seguintes: aumentando o número de pessoas para produzir mais, tendo bastante disposição para produzir mais, aumentar a renda; apenas uma pessoa pensa em continuar como está.

Entre os inúmeros problemas enfrentados pelo cooperativismo se refere às dificuldades para encontrar pessoas com disposição para assumir cargos de direção. Neste sentido se perguntou se os/as cooperados/as estavam preparados para assumir um cargo na diretoria. Metade dos/as entrevistados/as responderam positivamente, quatro disseram que não, por falta de conhecimento da função e um disse que não gosta da função.

Também foram questionados os motivos que os levaram a tornar associados/as da Cooperrica. As respostas foram bem variadas: dos/as respondentes quatro mencionaram “a legalização da comercialização”; três a “melhoria das vendas e da produção”; dois “novas amizades,

trocas de produtos e de conhecimento” e um “deixar de trabalhar fora de casa e trabalhar com autonomia”. Foi solicitado aos cooperados/as que citassem pelo menos três fatores que os levam a acreditar na Cooperrica. Para 23,4% ter um local de venda de produtos; 20% um grupo com interesse comum; 16,6% possibilidade de legalização da atividade produtiva; 16,6% fortalecimento das relações solidárias de produção; 10% diminuição de custos; 10% trabalhando individualmente nada consigo e 3,4% interesse econômico.

Em relação à participação nas reuniões e assembleias, do total dos entrevistados, oito responderam que participam de todos os eventos realizadas pela Cooperrica, enquanto que os demais participam esporadicamente. Buscou-se saber como os/as cooperados/as conheceram a Cooperrica, oito disseram que foi através da Epagri, um pela prefeitura e outro através dos próprios associados. Em relação às experiências anteriores em outro tipo de organização associativa, oito responderam que não tinham participado e dois são filiados a associações.

Por último foi solicitado aos cooperados/as que citassem três palavras que definissem cooperativismo em suas opiniões. Entre os/as entrevistados/as nove citaram a palavra “união”; três “trabalho em grupo”; dois mencionaram as palavras “amizade”, “oportunidade de crescimento”, “participação”, “força” e “associação”. As demais respostas foram às seguintes: responsabilidade, família, paz, melhores condições de vida e a organização em grupo

Numa síntese geral, a Cooperrica tem possibilitado aos cooperados/as se manterem na atividade rural, uma vez que gera emprego e renda para às famílias, mas é acima de tudo, um meio de promover o desenvolvimento social e econômico sustentável, por meio da ajuda mútua e da solidariedade entre os/as cooperados/as com a possibilidade de uma vida digna no campo.

5 Considerações Finais

Desde sua origem o cooperativismo vem sendo aplicado como alternativas aos problemas sociais, essas formas associativas deram início as práticas de Economia Solidária. Segundo os pressupostos da Economia Solidária, cooperativa não é apenas um meio de geração de trabalho e renda, mas também visa a promover o desenvolvimento social, solidário e econômico dos associados.

Conforme foi observado nesta pesquisa, a Cooperrica, na condição de cooperativa virtual, está se consolidando no mercado, ao passo que está conseguindo cumprir sua função, uma vez que possibilitou aos associados a legalização, divulgação e maior valorização dos produtos, bem como o aumento da comercialização. Com relação à renda, todos os entrevistados afirmaram que a cooperativa permitiu o incremento na renda familiar, embora que para alguns sócios este aumento tenha sido mais expressivo que para outros.

Como destacou-se no decorrer da análise dos dados, os entrevistados avaliam a compreensão dos princípios do cooperativismo, bem como os benefícios de trabalharem unidos. Neste sentido, os resultados alcançados, com o desenvolvimento das atividades nos municípios, possibilitaram maior articulação entre os membros envolvidos, a compreensão dos pressupostos da Economia Solidária e do Cooperativismo Virtual e a necessidade de trabalharem em cooperação para permanecerem no campo.

Com base no que foi destacado, pode-se concluir que a Cooperrica, se traduziu no principal meio de os cooperados se manterem na atividade rural, uma vez que agora é responsável pela geração de emprego e renda às famílias da região; e sobretudo, consegue promover o desenvolvimento social e econômico sustentável, por meio da ajuda mútua e da solidariedade entre os cooperados, possibilitando desta forma uma vida digna no campo.

Referências

ABRAMOVAY, R. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões. Brasília, DF: Unesco, 1997.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC: UNICAMP, 1992.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão: estudos rurais**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Companhia Nacional de Abastecimento. 2010. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_papel_conab.html> Acesso em: 10 ago. 2011.

CARNEIRO, M. J. Agricultura familiar e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. Carvalho; BRUNO, Regina; MOREIRA, Jose R. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: MORAD, 1999.

ESTEVAM, D. de O. **Casa Familiar Rural: a formação com base na pedagogia da alternância**. Florianópolis: Insular, 2003.

_____. **Os significados sociais e políticos da formação por alternância: um estudo de caso em duas experiências no estado de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GUIMARÃES JUNIOR, J. C. S. **Área de organização rural: encontro de produtores rurais de Ponta Grossa- PR**. 2010. Disponível em <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 6., 2002. Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre, 2002.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: UFSC/FCC, 1990.

SCHNEIDER, S. **Desenvolvimento rural regional e articulações extra-regionais**. In: Fórum Internacional: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, 2003. Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2003.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** Brasília: MTE/SENES, 2004. (Textos para discussão)

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

TRUGILLO FERRARI, A. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEXEIRA, O. (Org.) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2002. (Informação Tecnológica)

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

_____. **Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. **Abra**. Campinas, SP, n. 2/3, p. 37-57, maio/dez. 1995.